



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

DADOS OPERACIONAIS

o Destaque para o aumento observado em todos os indicadores do RAC, principalmente no Número de Diárias (+13,5% T/T; +15,3% A/A) e Tarifa Média (+34,0% T/T; +27,4% A/A). Em na terceirização de frota o destaque fica para o aumento da Tarifa Média (+33,1% T/T; +8,0% A/A). Por fim, em Seminovos observamos um contínuo crescimento do preço médio de venda (+36,7% T/T; +45,4% A/A) ainda impactado pela escassez na oferta do veículo Okm.

Dados Operacionais	4T21	4T20	Var. 4T21 vs 4T20	2021	2020	Var. 2021 vs 2020
Terceirização de Frotas						
Número de diárias (mil)	850	1.273	(33,2)%	3.948	10.400	(62,0)%
Taxa de Ocupação	97,3%	97,4%	(0,1) p.p.	96,5%	97,9%	(1,4) p.p.
Tarifa Média Mensal (R\$)	1916	1.440	33,1%	6.564	6.075	8,0%
Aluguel de Carros (RAC)						
Número de diárias (mil) - Rede Própria	5.133	4.522	13,5%	19.356	16.784	15,3%
Taxa de Ocupação - Rede Própria	85,5%	84,2%	1,3 p.p.	85,3%	75,5%	9,8 p.p.
Tarifa Média Diária - Rede Própria (R\$)	91,8	68,5	34,0%	79,6	62,5	27,4%
Número de Lojas (Rede Própria e Franquias)	263	253	4,0%	263	253	4,0%
Seminovos						
Número de Veículos Vendidos	4.148	15.380	(73,0)%	34.347	61.125	(43,8)%
Preço Médio de Venda (R\$ mil)	65,0	47,5	36,7%	60,1	41,3	45,4%
Frota no Final do Período						
Terceirização de Frotas	10.651	15.382	(30,8)%	10.651	15.382	(30,8)%
Aluguel de Carros	77.469	71.555	8,3%	77.469	71.555	8,3%
Aluguel de Carros - Franquias*	2.600	3.325	(21,8)%	2.600	3.325	(21,8)%
Total	90.720	90.262	0,5%	90.720	90.262	0,5%

* Considera a Frota do Franqueado

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$MM)	2021	2020	Var.
Receita Líquida	3.638,0	3.607,5	0,8%
Custos Operacionais	(2.256,8)	(2.870,4)	(21,4)%
Lucro Bruto	1.381,3	737,0	87,4%
Despesas Operacionais	(492,3)	(395,7)	24,4%
Despesas Financeiras Líquidas	(162,5)	(137,7)	18,0%
Lucro antes dos impostos (EBT)	726,5	203,7	256,7%
Imposto Corrente (IRPJ e CSLL)	(96,1)	(65,0)	48,0%
Imposto Diferido	(153,6)	(6,0)	2453,6%
Lucro Líquido do Período	476,7	132,7	259,3%

Balanco patrimonial - Em milhares de reais

	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	1.293.915	1.066.548		642.581	978.654
Títulos e valores mobiliários	163.831	163.831		353.020	290.720
Contas a receber de clientes	394.102	335.896		508.242	222.786
Instrumentos financeiros derivativos	8.130	8.130		7.001	51.989
Veículos em desativação para renovação de frota	180.448	298.703		53.443	35.366
Impostos a recuperar	102.009	29.535		113.227	31.516
Despesas antecipadas	6.688	10.843		35.698	35.103
Partes relacionadas	10.256	4.592		106.995	69.312
Outras contas a receber	27.545	5.732		1.896.436	1.750.065
Total do ativo circulante	2.023.093	1.915.680		3.360.772	2.676.011
Não circulante					
Contas a receber de clientes	741	4.132		115.171	85.119
Instrumentos financeiros derivativos	108.222	145.929		183.660	53.967
Despesas antecipadas	1.933	2.869		38.880	38.092
Partes relacionadas	37.813	212.599		3.698.483	2.853.189
Depósitos judiciais	48.670	42.562		5.594.919	4.603.254
Propriedade para investimento	197.379	408.091		1.835.729	1.835.729
Imobilizado	850	850		15.593	11.060
Direito de uso de arrendamento	5.333.321	4.278.302		392.744	332.328
Intangível	163.976	116.901		(2.896)	43.455
Total do ativo não circulante	118.320	106.002		2.241.170	2.222.572
Total do ativo	7.836.089	6.825.826		7.836.089	6.825.826
Passivo e Patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores				642.581	978.654
Cessão de créditos por fornecedores				353.020	290.720
Empréstimos, financiamentos e debêntures				508.242	222.786
Salários, encargos e contribuições sociais				7.001	51.989
Obrigações tributárias				53.443	35.366
Arrendamento de imóveis e veículos				113.227	31.516
Instrumentos financeiros derivativos				35.698	35.103
Dividendos a pagar				106.995	69.312
Partes relacionadas				1.896.436	1.750.065
Outras contas a pagar				115.171	85.119
Total do passivo circulante				3.360.772	2.676.011
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures				115.171	85.119
Arrendamento de imóveis e veículos				183.660	53.967
Impostos diferidos passivos				38.880	38.092
Provisão para riscos				3.698.483	2.853.189
Total do passivo não circulante				5.594.919	4.603.254
Patrimônio líquido					
Capital social				1.835.729	1.835.729
Reserva de capital e opções outorgadas				15.593	11.060
Reserva de lucros				392.744	332.328
Ajuste de avaliação patrimonial				(2.896)	43.455
Total do patrimônio líquido				2.241.170	2.222.572
Total do passivo e do patrimônio líquido				7.836.089	6.825.826

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Capital social		Reserva de capital		Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reserva de opções outorgadas	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de investimentos			
Em 1º de janeiro de 2020	1.152.233	(1.707)	5.993		20.771	210.375	1.368	1.389.033	1.389.033
Lucro líquido do exercício								132.698	132.698
Hedge accounting - fluxo de caixa								63.768	63.768
IR/CSLL - hedge accounting								(21.681)	(21.681)
Total do resultado abrangente do exercício								42.087	132.698
Aumento de capital	685.203							685.203	685.203
Redução de capital por transferência de investimento	(14.797)							(14.797)	(14.797)
Aumento para recomposição de capital	14.797							14.797	14.797
Plano de benefício em ações				3.178				3.178	3.178
Opções e ações exercidas				1.889				1.889	1.889
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Constituição de reserva legal					6.635			(6.635)	(6.635)
Distribuição de dividendos								(31.516)	(31.516)
Retenção de lucros						94.547		(94.547)	(94.547)
Em 31 de dezembro de 2020	1.837.436	(1.707)	9.171	1.889	27.406	304.922	43.455	2.222.572	2.222.572
Lucro líquido do exercício								476.747	476.747
Hedge accounting - fluxo de caixa								(70.229)	(70.229)
IR/CSLL - hedge accounting								23.878	23.878
Total do resultado abrangente do exercício								(46.351)	476.747
Plano de benefício em ações				5.211				5.211	5.211
Pagamento de participação no resultado em ações								458	458
Opções e ações exercidas				(3.780)	2.644			(1.136)	(1.136)
Distribuição de dividendos de lucros exercícios anteriores						(303.104)		(303.104)	(303.104)
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Constituição de reserva legal					23.837			(23.837)	(23.837)
Distribuição de dividendos								(113.227)	(113.227)
Retenção de lucros						339.683		(339.683)	(339.683)
Em 31 de dezembro de 2021	1.837.436	(1.707)	10.602	4.991	51.243	341.501	(2.896)	2.241.170	2.241.170

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional
A Unidas S.A. ("Companhia" ou "Unidas") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede social no Belo Horizonte - MG, na Avenida Raja Gabaglia, 1.781, 12º andar - Luxemburgo, constituída em 27 de fevereiro de 1985. Atua em diversos estados brasileiros, por meio de suas filiais e tem por objeto as seguintes atividades: • Locação de veículos nacionais e importados com ou sem motorista, aluguel de máquinas e equipamentos - segmento "Gestão de frotas" e "RAC"; • Gestão de frota de terceiros e intermediação de negócios em geral. Em 31 de dezembro de 2021, a frota total da Unidas era composta por 88.836 veículos (90.262 veículos em 31 de dezembro de 2020). A frota é renovada após sua vida útil econômica, de acordo com as características dos veículos locados e das condições dos contratos firmados com os clientes. Após o encerramento da vida útil-econômica, os veículos são vendidos para revendedores que possuem pontos de vendas próprios e independentes da Companhia ou vendidos em lojas próprias. (a) **Aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2022. **1.1 Impactos do Coronavírus (Covid-19):** A epidemia do novo Coronavírus (Covid-19) iniciou em Wuhan, China, e foi relatada pela primeira vez pelas autoridades nacionais à Organização Mundial da Saúde em 30 de dezembro de 2019. No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde atribuiu o status de pandemia ao afastamento mundial causada pela Covid-19. No mesmo período, a Companhia emitiu diretrizes, que visaram garantir o cumprimento das medidas adotadas no nível local e adotou inúmeras ações para e procedimentos para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho. A partir do segundo trimestre de 2020, foram adotadas pelos Estados da Federação do Brasil medidas que permitiam a flexibilização das normas que foram adotadas inicialmente e, em acordo com as prefeituras, ocorreu uma retomada gradual das atividades econômicas. Após consistente retomada em suas operações, com o crescente número de casos e novas restrições adotadas pelos Estados da Federação do Brasil, a partir dos últimos dias de fevereiro de 2021, a Companhia identificou uma redução da demanda por seus produtos e serviços (em proporção menor que os percebidos na primeira onda), principalmente no negócio de aluguel de carros (RAC). Ainda assim, essa desaceleração da demanda não impactou de maneira significativa as suas operações. Para o segundo trimestre de 2021 as operações voltaram ao patamar esperado e a demanda continua crescendo. As medidas de isolamento social foram flexibilizadas e foi liberada a abertura de comércio, assim como houve a aceleração do plano de vacinação da população. A extensão dos impactos da Covid-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos e outros possíveis desdobramentos nos Estados em que a Companhia atua. Neste cenário, a Companhia vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. Neste contexto não foram identificadas, neste período, perdas ao valor recuperável, redução em ativos ou passivos a serem reconhecidos como resultado da redução das atividades em função da pandemia. A Companhia continua crescendo e mantendo seus investimentos e planos estratégicos estabelecidos. Neste sentido o monitoramento constante em mudanças nas variáveis macroeconômicas e de negócios será contínuo, bem como a elaboração de análises de "stress" em suas operações, a fim de obter a melhor estimativa dos possíveis impactos sobre a Companhia em tempo real e permitir sua mitigação com planos de reação e contingência. **1.2 Combinação dos Negócios da Companhia de Locação das Américas (Locamérica) e da Localiza Rent a Car S.A. (Localiza):** Conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, a Companhia de Locação das Américas (Controladora da Unidas S.A.) e a Localiza Rent a Car S.A. (Localiza) celebraram em 22 de setembro de 2020, um Acordo de Incorporação de Ações ("Acordo"), por meio

do qual foram estabelecidos os termos e condições para a implementação da combinação dos negócios das Companhias, mediante a incorporação de ações da Locamérica pela Localiza ("Incorporação de Ações" ou "Transação"). A Transação resultará na união de acionistas que são referência e têm longa experiência na indústria, na combinação de talentos para prover soluções inovadoras em mobilidade, na criação de um player com escala global, comprometido com os mais altos níveis de governança e com ambição para prover a melhor experiência do cliente, aumentando o acesso da população e de empresas ao aluguel de carros. Do ponto de vista econômico-financeiro, a integração dos negócios deverá promover sinergias e aumentos de eficiência na Companhia combinada resultante da Incorporação de Ações ("Companhia combinada"). Em 17 de fevereiro de 2021, foi divulgado no site do CADE o edital do Ato de Concentração nº 08700.000149/2021-46, referente à proposta de Incorporação de Ações. Em 6 de setembro de 2021 foram emitidos o Parecer nº 13/2021/CGAA1/SGA1 e o Despacho nº 1309/21, por meio dos quais a Superintendência-Geral do CADE remete o Ato de Concentração ao Tribunal Administrativo do CADE, recomendando a aprovação da Incorporação de Ações com remédios que mitiguem riscos concorrenciais conforme Acordo em Controle de Concentração ("ACC"). Em 15 de dezembro de 2021, o Tribunal do CADE proferiu decisão sobre o referido Ato de Concentração, que foi aprovado com restrições estruturais e comportamentais, nos termos do ACC negociado com o CADE. O fechamento da operação está ainda sujeito a outras condições, inclusive à aprovação pelo CADE do comprador do pacote de ativos a serem desinvestidos nos termos do ACC. As Companhias estão em processo de negociação com potenciais interessados e permanecerão a operar de forma independente até a conclusão da operação. **1.3 Reapresentação dos valores comparativos:** Em 2021, a Companhia revisou, avaliou e mudou sua política contábil referente a classificação da operação de cessação de crédito na demonstração de fluxo de caixa, a qual era anteriormente apresentada como atividade operacional e, após mudança da política contábil, é apresentada como atividade de financiamento. A mudança da política contábil tem como objetivo refletir de forma mais adequada a natureza de suas operações de cessação de crédito e trazer maior clareza aos usuários da demonstração financeira dos efeitos de tais operações na demonstração do fluxo de caixa da Companhia. Essa mudança, foi aplicada de forma retrospectiva para os valores correspondentes e, portanto, a demonstração de fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é ora reapresentada para refletir essa mudança, em conformidade com o CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A reclassificação efetuada não altera o total dos ativos, dos passivos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, nem as suas apresentações. O seguinte item está sendo reapresentado nas demonstrações financeiras conforme abaixo:
Demonstração dos fluxos de caixa:

	Anteriormente apresentado 31/12/2020	Reclassificação 31/12/2020	Reclassificado 31/12/2020
Fluxos de caixa			
Aquisição de veículos e acessórios líquido do saldo a pagar a fornecedores - veículos	(2.582.996)	627.439	(1.955.557)
Pagamento de juros de cessação de créditos por fornecedores (*)		(23.796)	(23.796)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	15.818	627.439	643.257
Pagamento do principal de cessação de crédito por fornecedores		(627.439)	(627.439)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	746.010	(627.439)	118.571

(*) Os valores do pagamento de juros de cessação de créditos por fornecedores foram apresentados na linha

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro

	2021	2020	
Receita operacional líquida	Nota 19	3.638.011	3.607.450
Custos operacionais	Nota 20	(2.256.752)	(2.870.407)
Lucro bruto		1.381.259	737.043
Despesas com vendas	Nota 20	(314.803)	(245.899)
Despesas gerais e administrativas	Nota 20	(177.918)	(149.864)
Outras receitas operacionais		399	76
Lucro antes do resultado financeiro líquido e impostos		888.937	341.356
Receitas financeiras	Nota 21	46.845	25.914
Despesas financeiras	Nota 21	(209.326)	(163.596)
Despesas financeiras, líquidas	Nota 21	(162.481)	(137.682)
Lucro antes dos impostos		726.456	203.674
Imposto de renda e contribuição social correntes	Nota 8b	(96.138)	(64.962)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	Nota 8b	(153.571)	(6.014)
Lucro líquido do exercício		476.747	132.698
Lucro por ação - básico - R\$	Nota 23	5,48	1,88

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas explicativas da respectiva rubrica. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A administração declara que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. **(a) Demonstração do Valor Adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) definição da vida útil e do valor residual dos veículos (nota 9); (ii) avaliação do valor justo dos derivativos (nota 4.1(ii)); (iii) contabilização da provisão para perdas esperadas em crédito com liquidação duvidosa (nota 6); (iv) mensuração da perda (impairment) do ágio proveniente das combinações de negócios (nota 11); (v) mensuração do passivo de arrendamento (nota 10); (vi) contabilização de provisões para riscos (nota 15b); (vii) contabilização do imposto de renda e contribuição social (nota 8); (viii) mensuração dos custos dos planos de incentivo de longo prazo (nota 18b). **2.3 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo no período corrente e comparativo. **(b) Transações e saldos:** As operações e moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) financeira". **2.4 Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados para a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **2.5 Ativos financeiros: 2.5.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **2.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.5.3 Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, a determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as duas categorias de mensuração a seguir: • Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outras receitas (despesas) operacionais, juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. • Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento ou em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outras receitas (despesas) operacionais, no exercício em que ocorrerem. **2.5.4 Impairment:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 4.8 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.5.5 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **2.5.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como: • hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa). Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de hedge estão divulgados na Nota 4.3. As movimentações nos valores de hedge classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na demonstração das mutações no patrimônio líquido. **(a) Hedge de fluxo de caixa:** A parcela efetiva (marcação do título ao mercado) das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Receitas (despesas) financeiras, líquidas". Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por hedge afetar o resultado, quando: A operação prevista protegida por hedge resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro ou ganhos e as perdas previamente diferidas no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação, no caso de bens do ativo imobilizado. Neste contexto, o ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protege os empréstimos com taxas variáveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". Um instrumento de hedge venos, é vendido ou extinto; ou quando um hedge não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio, naquele momento, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro, como um estoque. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa e os custos de hedge diferidos que haviam sido apresentados no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para a demonstração do resultado em "Receitas (despesas) financeiras, líquidas". **(b) Ineficácia do hedge:** A eficácia de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. No caso de hedges de compras em moeda estrangeira, a Companhia contrata operações de hedge quando os termos essenciais do instrumento de hedge correspondem exatamente aos termos do item protegido. Portanto, a Companhia realiza uma avaliação qualitativa de eficácia. Se houver mudanças nas circunstâncias que afetem os termos do item protegido de tal forma que os termos essenciais deixem de corresponder, de forma exata, aos termos essenciais do instrumento de hedge, a Companhia utilizará o método derivativo hipotético para avaliar a eficácia. Nos hedges de compras em moeda estrangeira, a ineficácia pode ocorrer se o período da transação prevista for alterado em relação ao período estimado originalmente, ou se houver mudanças no risco de crédito ou na contraparte do derivativo. A Companhia contrata swaps de taxa de juros com termos críticos que são similares ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. A Companhia não aplica hedge a 100% dos empréstimos e, portanto, o item protegido é identificado como uma proporção dos empréstimos em aberto até o valor de referência dos swaps. Como houve correspondência de todos os termos essenciais durante o ano, a relação econômica foi 100% eficaz. A ineficácia do hedge de swaps de taxa de juros é avaliada utilizando os mesmos princípios adotados para hedges de compras em moeda estrangeira. Ela pode ocorrer devido: • ao ajuste do valor de crédito/valor de débito nos swaps de taxa de juros que não é igualado pelo empréstimo; e • diferenças nos termos essenciais entre os swaps de taxa de juros e os empréstimos. **(c) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilidade de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receita (despesas) financeiras, líquidas".

relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. **(b) Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** Em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. **(c) Alteração a IFRS 3 "Combinação de Negócios":** Emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração a IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. **(d) Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** Em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros; (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado; (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais; **(e) Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** Emitida em maio de 2020, com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulares ou não circulares, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *wavier* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **(f) Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **(g) Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **(h) Alteração ao IAS 12:** A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

4 Gestão de risco financeiro e valor justo

4.1 Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, que identifica, avalia e busca proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As práticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, para monitorar riscos e aderência aos limites. Administração da Companhia criou comitês especializados de forma a tratar de temas críticos do negócio, além de ter estruturado um sistema de controles internos para auxiliar o alcance de seus objetivos operacionais e estratégicos. **(i) Risco de mercado: (i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas com instituições financeiras. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio e taxa de juros) o qual é apreciado pela Diretoria para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A prática da Administração para controle consiste em um acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as práticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Conforme sua prática de gerenciamento de riscos financeiros, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteger sua exposição de taxa de juros nos custos financeiros dentro de determinados níveis. **(ii) Risco cambial:** O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. Conforme sua política de gerenciamento de riscos financeiros, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de reduzir sua exposição a mudanças na taxa de câmbio com swap cambial para contratos ativos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui nenhuma operação relevante exposta ao risco cambial. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contratou, com caráter exclusivo de proteção, operações de swap que trocam a variação do CDI por taxa prefixada. Na determinação do valor justo do swap foram utilizados preços de mercado ativo, para instrumentos financeiros idênticos. Foi efetuada a segregação dos instrumentos, a seguir, para demonstrar o efeito ativo e passivo de cada grupo de instrumentos. Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo na data da celebração do contrato e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas no resultado do exercício, exceto pelo ganho decorrente da variação do risco de crédito registrado em "outros resultados abrangentes".

Em 31 de dezembro de 2021				Taxes				Juros				Marcação a mercado			
Operações	Tipo de operação	Período	Nocional	Posição ativa	Posição passiva	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido	Total
CDI x Taxa pré	Cash flow hedge	15 a 54 meses	142.811	100% a 117,5% CDI	3,45% a 12,04%	144.852	(144.484)	368	148.641	(142.812)	5.829	6.197			84.639
SWAP 4131	Cash flow hedge	60 meses	188.500	VC + (Líbor 3 meses +0,40%)	109,7% CDI	279.341	(191.646)	87.677	189.431	(192.669)	(3.238)	84.639			84.639
SWAP 4131	Cash flow hedge	48 meses	252.480	VC + (Líbor 3 meses +0,87%)	CDI + 0,82% a.a.	279.134	(253.345)	25.789	254.370	(254.643)	(273)	25.516			25.516
						<u>703.327</u>	<u>(689.293)</u>	<u>114.034</u>	<u>592.442</u>	<u>(690.124)</u>	<u>2.318</u>	<u>116.352</u>			
									Ativo circulante		5.812		2.318		8.130
									Ativo não circulante		108.222				108.222

Em 31 de dezembro de 2020				Taxes				Juros				Marcação a mercado			
Operações	Tipo de operação	Período	Nocional	Posição ativa	Posição passiva	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido	Total
CDI x Taxa pré	Cash flow hedge	15 a 43 meses	195.873	100% a 117,5% CDI	3,38% a 12,32%	167.876	(169.242)	(1.366)	171.830	(173.690)	(1.860)	(3.226)			84.639
SWAP 4131	Cash flow hedge	60 meses	188.500	VC + (Líbor 3 meses +0,40%)	109,7% CDI	448.680	(377.712)	70.968	444.264	(380.957)	63.307	134.275			134.275
SWAP 4131	Cash flow hedge	48 meses	252.480	VC + (Líbor 3 meses +0,87%)	CDI + 0,82% a.a.	512.409	(505.149)	7.260	513.908	(509.514)	4.394	11.654			11.654
						<u>1.128.965</u>	<u>(1.052.103)</u>	<u>76.862</u>	<u>1.130.002</u>	<u>(1.064.161)</u>	<u>65.841</u>	<u>142.703</u>			
									Ativo não circulante		78.228		67.701		145.929
									Passivo circulante		(1.366)		(1.860)		(3.226)

(b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos que estão de acordo com a política de investimentos da Companhia. Para o caso de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada da IFRS 9/CPC 4.8 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras é:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	1.293.915	1.066.548
Títulos e valores mobiliários		163.831
Contas a receber de clientes	394.843	340.023
Partes relacionadas	48.069	217.191
Outras contas a receber	27.545	5.732
Total	1.764.372	1.793.330

(i) Qualidade do crédito dos ativos financeiros: A qualidade do crédito dos ativos financeiros é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito, para caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. **Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

	31/12/2021	31/12/2020
AAA	650	1.923
AA		14
A	274	36
BB-	49	
Caixa	361	396
Total	1.334	2.369

	Fluxo contratual	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Passivos				
Fornecedores	Nota 12 (642.581)	(642.581)	(642.581)	(642.581)
Cessão de créditos por fornecedores	Nota 13 (353.020)	(358.862)	(358.862)	(358.862)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nota 14 (3.869.014)	(5.133.834)	(811.681)	(3.110.430)
Arrendamento de imóveis e veículos	Nota 10b (168.614)	(201.277)	(68.186)	(119.369)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	Nota 4.1a 116.352	116.352	8.130	108.222
Dividendos a pagar	Nota 16b (113.227)	(113.227)	(113.227)	(113.227)
Partes relacionadas	Nota 16b (35.698)	(35.698)	(35.698)	(35.698)
Outras contas a pagar	(106.995)	(106.995)	(106.995)	(106.995)
Total	(5.172.797)	(6.476.122)	(2.129.100)	(3.121.577)

	Fluxo contratual	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Passivos				
Fornecedores	Nota 12 (978.654)	(978.654)	(978.654)	(978.654)
Cessão de créditos por fornecedores	Nota 13 (290.720)	(293.561)	(293.561)	(293.561)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Nota 14 (2.898.797)	(3.341.984)	(284.662)	(2.661.233)
Arrendamento de imóveis e veículos	Nota 10b (120.485)	(138.284)	(42.242)	(95.351)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	Nota 4.1a 142.703	142.703	142.703	142.703
Dividendos a pagar	Nota 16b (31.516)	(31.516)	(31.516)	(31.516)
Partes relacionadas	Nota 16b (35.103)	(35.103)	(35.103)	(35.103)
Outras contas a pagar	(69.312)	(69.312)	(69.312)	(69.312)
Total	(4.281.884)	(4.745.711)	(1.592.347)	(2.756.584)

(d) Análise de sensibilidade: Em 31 de dezembro de 2021, se o CDI aumentasse em torno de 2,64% e o IPCA reduzisse 4,60%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro líquido do exercício apresentaria variação de R\$31.343 negativo, principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas nos empréstimos de taxa variável, não protegidos por operações de swap. Outros componentes do patrimônio teriam variação de R\$242 negativo, principalmente, em decorrência de uma variação no valor justo dos ativos financeiros de taxa variável, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

	31/12/2021	31/12/2020
Índice		
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários indexadas ao CDI	32,198	
Instrumentos financeiros derivativos CDI x pré	2,419	3,847
Instrumentos financeiros derivativos e dívida indexada à libor 3M x CDI	(10,146)	(4,089)
Dívida indexada ao CDI a pagar	(59,219)	
Dívida indexada ao IPCA a pagar	3,405	
Alta do CDI 2,64%	(34,748)	(242)
Redução do IPCA 4,60%	3,405	

Em 31 de dezembro de 2020, se o CDI aumentasse em torno de 0,95% e o IPCA reduzisse 1,01%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro líquido do exercício apresentaria variação de R\$16.147 negativo, principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas nos empréstimos de taxa variável, não protegidos por operações de swap. Outros componentes do patrimônio teriam variação de R\$3.491 negativo, principalmente, em decorrência de uma variação no valor justo dos ativos financeiros de taxa variável, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

	31/12/2020	Impacto no lucro líquido	Impacto no patrimônio
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários indexadas ao CDI	2,890		
Instrumentos financeiros derivativos CDI x pré	381	1,422	
Instrumentos financeiros derivativos e dívida indexada à libor 3M x CDI	(5,900)	(4,913)	
Dívida indexada ao CDI a pagar	(14,704)		
Dívida indexada ao IPCA a pagar	1,186		
Alta do CDI 0,95%	(17,333)	(3,491)	
Redução do IPCA 1,01%	1,186		

4.2 Gestão de capital: A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor, mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. O capital consiste na soma dos recursos obtidos com os acionistas e com instituições financeiras, líquido do caixa e equivalentes de caixa. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis, com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida líquida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos passivos	Nota 14 e	

continuação

UNIDAS S.A.

CNPJ/MF nº 04.437.534/0001-30

(i) Principais instrumentos financeiros contratados por categoria, assim como os respectivos valores justos

Table with columns for instrument category, date (31/12/2021, 31/12/2020), and value (contábil, Valor justo).

Os valores justos dos empréstimos, financiamentos e debêntures foram estimados pela Administração da Companhia considerando o valor futuro na sua data de vencimento pela taxa contratada e descontados a valor presente pela taxa de mercado em 31 de dezembro de 2021 (nível 2). A Administração entende que os demais instrumentos financeiros, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos, em razão dos vencimentos destes instrumentos financeiros se darem em data próxima ao balanço.

5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

(a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. A composição de caixa e equivalentes de caixa é como segue:

Table showing components of cash and equivalents for 31/12/2021 and 31/12/2020.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a certificado de depósito bancário com remuneração média de 101,74% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2021 (100,96% em 31 de dezembro de 2020). As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são avaliadas mediante referência às classificações externas de crédito. Em 31 de dezembro de 2021, o valor justo dos caixa e equivalentes de caixa não difere significativamente dos seus respectivos saldos contábeis. (b) Títulos e valores mobiliários: A Companhia considera como títulos e valores mobiliários, os depósitos bancários e outros investimentos de liquidez de curto e longo prazos que não atendem a todos os critérios para serem classificadas como equivalentes de caixa nos termos do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A composição do saldo de títulos e valores mobiliários é como segue:

Table showing components of securities and financial assets for 31/12/2021 and 31/12/2020.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não mantém recursos em títulos e valores mobiliários. Em 31 de dezembro de 2020, os títulos e valores mobiliários compreendem aplicações em Certificado de Depósito Bancário com remuneração média de 99,81% do CDI. Em 31 de dezembro de 2021, o valor justo dos títulos e valores mobiliários não difere significativamente dos seus respectivos saldos contábeis e não há ativos desta natureza mantidos como garantia.

6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo aluguel de veículos, gestão de frotas e pela venda de veículos no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou impairment). As contas a receber de clientes são ajustadas pelo seu valor presente somente quando o efeito é considerado relevante em relação aos respectivos contratos às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância do ajuste a valor presente a Companhia utilizou a taxa do DI Pré esperada para o prazo médio de vencimento das contas a receber, acrescido do spread 1,80% a.a. referente ao custo da dívida, aplicado sobre os montantes estimados de fluxos de caixa contratuais de recebíveis. (DI Pré, acrescido do spread 2,4% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Abaixo, encontra-se disposta a composição do saldo referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Table showing components of accounts receivable for 31/12/2021 and 31/12/2020.

Locações e gestão de frotas e venda de veículos. Ajuste a valor presente. Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Table showing components of receivables for 31/12/2021 and 31/12/2020.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui saldo de contas a receber como garantia das operações de debêntures (R\$21.257 em 31 de dezembro de 2020). A exposição máxima ao risco de crédito na data das informações financeiras é o valor contábil. A abertura do saldo por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

Table showing components of receivables by due date for 31/12/2021 and 31/12/2020.

A Companhia considera na mensuração da PECLD, as perdas de créditos esperadas. Adicionalmente, a Companhia avalia continuamente sua carteira de recebíveis de forma a identificar se existem indícios de "impairment" sobre os títulos de cada cliente que compõe a carteira. Se sim, a Companhia avalia se o cliente inadimplente deu garantias reais e se as mesmas são suficientes para cobrir a exposição líquida da Companhia. Caso as garantias reais não sejam suficientes, a provisão para créditos com liquidação duvidosa é reconhecida no resultado, classificada como "despesa com vendas". Abaixo, encontra-se disposta a movimentação da PECLD referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Table showing components of PECLD for 31/12/2021 and 31/12/2020.

Saldo no início do exercício. Saldo advindo da incorporação da Unidas Locadora de Veículos Ltda. Montante constituído. Baixas para perdas (a). Saldo no final do exercício.

Table showing components of PECLD for 31/12/2021 and 31/12/2020.

(a) refere-se a títulos vencidos há mais de 365 dias, que estavam integralmente provisionados, mas que, terão suas cobranças administrativas e judiciais mantidas. Não há impacto no saldo líquido do contas a receber e nos fluxos de caixa correspondentes. A despesa com a constituição de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica de despesas de vendas na demonstração de resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores são compensados contra a baixa definitiva do título.

7 Veículos em desativação para renovação de frota

Os "Veículos em desativação para renovação de frota" são reconhecidos pelo valor residual quando da transferência da conta de imobilização para a conta de "Veículos em desativação para renovação de frota". O saldo destes veículos são apresentados pelo seu valor de custo, líquido da depreciação acumulada até a data da retirada da frota, ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os veículos após o término do contrato de locação são transferidos para a conta de "Veículos em desativação para renovação de frota" e passam a ser destinados a venda (atividade acessória à operação da Companhia), uma vez que a Administração não possui expectativa de aluga-los novamente. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado do veículo, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Abaixo o a composição do saldo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Table showing components of vehicles in deactivation for 31/12/2021 and 31/12/2020.

8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Para o cálculo dos tributos as alíquotas abrangem 15% para o IRPJ para lucro até R\$ 20 por mês ou 25% para lucro acima de R\$ 20 por mês e para CSLL 9% sobre qualquer lucro apurado. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias brasileiras promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente, são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. (a) Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos: Os impostos diferidos tiveram a seguinte movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Table showing components of tax assets and liabilities for 31/12/2021 and 31/12/2020.

(*) O efeito de hedge accounting não gera impacto no resultado, sendo este demonstrado no patrimônio líquido.

Abertura da movimentação do diferido: Impactos da movimentação do diferido que transita no patrimônio líquido. Impactos da movimentação do diferido que transita no resultado.

Table showing components of deferred tax for 31/12/2021 and 31/12/2020.

A realização dos créditos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social está condicionada a eventos futuros, que tornarão dedutíveis as provisões que lhe deram origem e possibilitarão a compensação do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social, com lucros tributáveis futuros, nos termos da legislação fiscal em vigor. Os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal e base negativa possuem expectativa de realização conforme demonstrado abaixo:

Table showing components of deferred tax for 31/12/2021 and 31/12/2020.

A expectativa de realização é determinada de acordo com as projeções de resultados para os exercícios seguintes limitado a restrição legal de compensação de no máximo 30% sobre os lucros tributáveis apurados. Os referidos créditos não possuem prazo prescricional. (b) Impostos corrente e diferido no resultado - conciliação entre as taxas nominal e efetiva: A Companhia calcula a provisão para imposto de renda e contribuição social com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, bem como exclui itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente, conforme legislação tributária vigente. A conciliação entre as despesas nominal e efetiva para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

Table showing components of tax expense for 31/12/2021 and 31/12/2020.

Lucro do exercício antes dos impostos. Aliquotas nominais. Imposto de renda e contribuição social calculado à alíquota nominal. Ajustes à despesa nominal. Despesas indedutíveis. Outros. Despesa efetivada imposto de renda e contribuição social. Aliquotas efetivas. Total de despesa de imposto de renda e contribuição social correntes. Total de despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. Valor residual de um ativo é o valor que a Companhia obterá com a venda do ativo após deduzir as despesas de vendas. Para os veículos, o valor residual é o valor estimado de venda depois de sua vida útil econômica menos as despesas estimadas de vendas. A depreciação é reconhecida no resultado, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil econômica dos veículos reflete o padrão de uso e consumo de seus benefícios econômicos esperados pela Companhia. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

Table showing components of fixed assets for 31/12/2021 and 31/12/2020.

10 Direito de uso de arrendamento e arrendamento de imóveis e veículos

(a) Direito de uso de arrendamento: Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; quaisquer custos diretos iniciais; e custos de reparação. Os ativos de direito de uso geralmente são amortizados pelo prazo do contrato pelo método linear. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. (b) Movimentação: Abaixo, encontra-se disposta a movimentação do direito de uso referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Table showing components of right of use for 31/12/2021 and 31/12/2020.

(b) Arrendamento de imóveis e veículos: A Companhia, em decorrência de suas operações aluga diversos andares de prédios comerciais para sua área administrativa, veículos de montadoras, imóveis para instalação de suas lojas de R&C e seminários, incluindo lojas de rua, shoppings e aeroportos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de seis meses a dez anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Companhia aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Companhia é o arrendatário, a Companhia optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contém cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber). Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia o sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido. A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são o período entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. Pagamentos de arrendamentos variáveis: Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de percentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. (f) Movimentação: O passivo de arrendamento em aberto foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental sobre empréstimo e a taxa média de desconto utilizada é de 8,15% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (6,68% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Abaixo, encontra-se disposta a movimentação do arrendamento referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Table showing components of right of use for 31/12/2021 and 31/12/2020.

(c) Aspectos relevantes: Apresentamos, no quadro abaixo, a análise de maturidade dos contratos:

Table showing components of right of use for 31/12/2021 and 31/12/2020.

Em 31 de dezembro de 2021 o valor estimado do crédito de PIS e COFINS embutido nas contraprestações não descontadas de arrendamento totaliza R\$18.616 (R\$12.791, descontadas a valor presente, em 31 de dezembro 2020). Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescido da inflação futura projetada, não gera distorções significativas no passivo de arrendamento e direito de uso, cujo efeito líquido representa 170,7% (0,92% em 31 de dezembro de 2020) do patrimônio líquido da Companhia.

11 Intangível (a) Carteira de clientes: As relações contratuais com clientes (carteira de contratos de locação adquiridos de terceiros), são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o tempo remanescente de contrato com o cliente. (b) Softwares: As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. (c) Direito de uso de marca: As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 anos. (d) Ágio: O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida, e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. (e) Fundo de comércio: O fundo de comércio (pontos comerciais adquiridos de franqueados), é reconhecido pelo valor justo na data da aquisição. O fundo de comércio tem vida útil de 5 anos e é contabilizado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de sua vida útil. (f) Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução do valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

Table showing components of intangible assets for 31/12/2021 and 31/12/2020.

(g) Movimentação

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações de imobilizado (exceto veículos) são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. A Companhia também adota a política contábil de classificação das aquisições de veículos como operações como atividades operacionais, na demonstração dos fluxos de caixa.

(a) Movimentação do custo e depreciação

Table showing components of fixed assets for 31/12/2021 and 31/12/2020.

Table showing components of fixed assets for 31/12/2021 and 31/12/2020.

(c) Aspectos relevantes: Apresentamos, no quadro abaixo, a análise de maturidade dos contratos:

Table showing components of right of use for 31/12/2021 and 31/12/2020.

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, a Companhia apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento e do direito de uso, projetando a inflação de 5,03% ao ano para 2022, 3,41% ao ano para 2023 e 3,00% para anos posteriores a 2024, conforme boletim Focus. Apresentamos na coluna "Com inflação" comparado com o os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

Table showing components of right of use for 31/12/2021 and 31/12/2020.

Em 31 de dezembro de 2021 o valor estimado do crédito de PIS e COFINS embutido nas contraprestações não descontadas de arrendamento totaliza R\$18.616 (R\$12.791, descontadas a valor presente, em 31 de dezembro 2020). Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescido da inflação futura projetada, não gera distorções significativas no passivo de arrendamento e direito de uso, cujo efeito líquido representa 170,7% (0,92% em 31 de dezembro de 2020) do patrimônio líquido da Companhia.

11 Intangível

(a) Carteira de clientes: As relações contratuais com clientes (carteira de contratos de locação adquiridos de terceiros), são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o tempo remanescente de contrato com o cliente. (b) Softwares: As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. (c) Direito de uso de marca: As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 anos. (d) Ágio: O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida, e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. (e) Fundo de comércio: O fundo de comércio (pontos comerciais adquiridos de franqueados), é reconhecido pelo valor justo na data da aquisição. O fundo de comércio tem vida útil de 5 anos e é contabilizado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de sua vida útil. (f) Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução do valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

(g) Movimentação

Table showing components of intangible assets for 31/12/2021 and 31/12/2020.

continuação

UNIDAS S.A.

CNPJ/MF nº 04.437.534/0001-30

à conta de reservas de investimentos no valor de R\$182.960, nos termos do artigo 18, alínea "xvii" e do artigo 32, parágrafos 1º e 2º do Estatuto Social da Companhia. Conforme estatuto social da Companhia, do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal, pelo menos 25% serão distribuídos a título de dividendo obrigatório aos juros sobre o capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária (AGO). Os dividendos foram calculados como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	476.747	132.698
Constituição de reserva legal (5%)	(23.837)	(6.635)
Base de cálculo dos dividendos	452.909	126.063
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	113.227	31.516
Total dos dividendos propostos	113.227	31.516
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	23,8%	23,8%

19 Receita operacional líquida

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. (a) **Receita de locação de veículos:** A receita de locação de veículos (terceirização de frotas e *rent-a-car*) é medida pelo valor justo da contraprestação dos serviços de locação a receber. As receitas de terceirização de frotas são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel, e as receitas de *rent a car* são reconhecidas *pro-rata* dia, pelo período do contrato. (b) **Receita de venda de veículos:** A receita líquida da venda de veículos é uma atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, os custos associados à possível devolução de veículos possam ser estimados de forma confiável, não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e o valor da receita líquida operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas. (c) **Programa de fidelidade de clientes:** A Companhia opera um programa de fidelidade no qual os clientes acumulam pontos por meio das compras realizadas, que permitem obter descontos em compras futuras. Um passivo de contrato de pontos concedidos é reconhecido no momento da venda. A receita é reconhecida quando os pontos são resgatados ou quando expiram após 24 meses da venda inicial. Abaixo apresentamos a reconciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração do resultado (receita líquida) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta	3.827.541	3.830.792
Descontos e cancelamentos	(23.572)	(97.625)
Impostos incidentes	(165.958)	(125.717)
Receita líquida	3.638.011	3.607.450

A composição da receita líquida reconhecida durante o exercício em cada categoria significativa é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Locação de veículos	1.779.795	1.366.199
Venda de veículos	2.024.174	2.366.968
Impostos incidentes	(165.958)	(125.717)
Receita líquida	3.638.011	3.607.450

Não há a incidência dos impostos PIS e COFINS sobre a venda de seminovos já que eles são caracterizados como "ativo imobilizado".

20 Natureza dos custos e despesas operacionais

A Companhia registra os custos e despesas quando incorridos, obedecendo ao regime de competência. As informações sobre a natureza dos custos e das despesas operacionais reconhecidas na demonstração do resultado são como segue:

	Custos operacionais		Despesas com vendas, gerais e administrativas		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo de venda dos veículos seminovos	(1.553.072)	(2.136.926)			(1.553.072)	(2.136.926)
Provisão de ajuste ao valor recuperável de ativos (*)		(23.700)				(23.700)
Manutenção, taxas veiculares, custos de frota	(538.173)	(447.840)			(538.173)	(447.840)
Depreciação e amortização	(192.991)	(226.480)	(41.845)	(34.078)	(234.836)	(260.558)
Despesas e custos com pessoal	(104.088)	(73.530)	(167.785)	(121.026)	(271.873)	(194.556)
Propaganda e marketing	(29.660)	(19.749)	(29.660)	(19.749)	(59.320)	(39.498)
Comissões, taxas e serviços de terceiros	(152.099)	(140.428)	(152.099)	(140.428)	(304.198)	(280.856)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		(43.497)	(37.831)	(43.497)	(75.328)	(81.333)
Recuperação de créditos de PIS/COFINS (a)	194.399	88.495			194.399	88.495
Outros	(62.827)	(50.426)	(57.835)	(42.651)	(120.662)	(93.077)
Total	(2.256.752)	(2.870.407)	(492.721)	(395.763)	(2.749.473)	(3.266.170)

(*) Provisão ao valor recuperável (*impairment*) de veículos destinados a renovação de frota. (a) No último trimestre de 2021, a Companhia conduziu um estudo técnico que suportou a vida útil de parte da frota sob a perspectiva fiscal, o que acelerou a depreciação e a tomada de crédito de impostos, com impacto direto no resultado. A Companhia efetuou a revisão da vida útil de determinados veículos da frota do RAC, em conformidade com o art. 320 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580/18). Como resultado dessa revisão foi emitido laudo técnico por entidade devidamente qualificada na legislação, alterando a vida útil fiscal média de determinados veículos de 60 meses para

24 meses. Este fato resultou em uma depreciação fiscal maior e reconhecimento dos correspondentes créditos de PIS/COFINS retroativos a 1º de janeiro de 2021, no montante de R\$84.416 (antes de imposto de renda e contribuição social) e do imposto de renda de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos. A abrangência desta mesma situação para os demais carros da frota depende da obtenção de novos laudos.

21 Despesas financeiras, líquidas

A receita e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. O resultado financeiro reconhecido na demonstração do resultado é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Rendimento de aplicações e juros de clientes	35.576	24.059
Outras receitas financeiras	11.269	1.855
Total das receitas financeiras	46.845	25.914

Juros sobre financiamento e custo de captação (156.489) (103.299)
 Juros de cessão de fornecedores (10.949) (22.565)
 Juros de operações de *swap* (*) (13.493) (12.653)
 Juros de arrendamento (8.062) (7.953)
 Despesas bancárias (18.826) (14.953)
 Outras despesas financeiras (1.507) (2.173)
Total das despesas financeiras (209.326) (163.596)
Despesas financeiras, líquidas (162.481) (137.682)

(*) Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 20.199 representa a despesa de juros e R\$ 6.706 a receita com marcação a mercado.

22 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela administração para a tomada de decisões; e (iii) para os quais haja informação financeira individualizada disponível. A Companhia definiu dois segmentos operacionais, que são gerenciados separadamente, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração: (i) a locação de veículos através de contratos de longa duração ("fleet"); (ii) e a locação de veículos através de contratos de curta duração ("RAC" ou "rent-a-car"). A administração da Companhia entende que a atividade de renovação de frota (seminovos) não se trata de um segmento operacional separado, já que sua essência é inerente ao processo dos segmentos de "fleet" e do "RAC". Abaixo segue a demonstração de resultado por segmento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Gestão de frotas	RAC	Total	Gestão de frotas	RAC	Total
Receita de locação líquida	197.740	1.416.097	1.613.837	264.215	979.433	1.243.648
Receita de seminovos líquida	351.997	1.672.177	2.024.174	484.739	1.879.063	2.363.802
Receita operacional líquida	549.737	3.088.274	3.638.011	748.954	2.858.496	3.607.450
Custos operacionais	(359.255)	(1.897.497)	(2.256.752)	(531.437)	(2.338.970)	(2.870.407)
Lucro bruto	190.482	1.190.777	1.381.259	217.517	519.526	737.043
Despesas com vendas	(39.471)	(275.332)	(314.803)	(37.176)	(208.723)	(245.899)
Despesas gerais e administrativas	(25.241)	(152.677)	(177.918)	(28.358)	(121.506)	(149.864)
Outras receitas operacionais, líquidas	356	43	399	15	61	76
Lucro antes do resultado financeiro líquido e impostos	126.126	762.811	888.937	151.998	189.358	341.356
Despesas financeiras, líquidas			(162.481)			(137.682)
Lucro antes dos impostos			726.456			203.674
Imposto de renda e contribuição social			(249.709)			(70.976)
Lucro líquido do exercício			476.747			132.698

A Companhia não segrega seus ativos e passivos por segmento para administração dos seus negócios desta forma, não realiza a apresentação do balanço patrimonial por segmento de negócios.

23 Lucro básico por ação

(a) **Lucro básico por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro atribuído aos acionistas	476.747	132.698
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	86.974	70.688
Lucro básico por ação - R\$	5,48	1,88

24 Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros para frota conforme exigências contratuais e para danos a terceiros. A administração considera a cobertura contratada adequada para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas em sinistros de seus ativos imobilizados.

25 Informações suplementares ao fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IAS 07 - Statement of Cash Flows.

(i) **Aquisição de veículos**

Divulgação suplementar sobre as informações do fluxo de caixa
Demonstração do caixa pago pela aquisição de veículos

	2021	2020
Total de veículos e acessórios adquiridos para o ativo imobilizado	Nota 9 (2.718.999)	(2.550.810)
Variação líquida do saldo de fornecedores - veículos	(341.500)	(5.852)
Variação líquida do saldo de cessão por fornecedores - veículos	65.301	(32.186)
Total de caixa pago na aquisição de veículos e acessórios	(2.995.198)	(2.588.996)

Aquisição de veículos e acessórios líquido do saldo a pagar a fornecedores - veículos (2.277.688) (1.955.557)
 Pagamento do principal de cessão de crédito por fornecedores (717.510) (627.439)

(ii) **Atividades que não afetam caixa**

	2021	2020 (a)
Atividades que não afetam o caixa		
Redução de capital por transferência de investimento		(14.797)
Aumento para recomposição de capital		14.797
Hedge accounting - fluxo de caixa	(70.229)	63.768
Hedge accounting - imposto de renda de contribuição social		(21.681)
Hedge accounting - variação cambial	Nota 4.2 (38.380)	(65.655)
Divida 4131 - variação cambial	Nota 4.2 (38.380)	65.655
Dividendos provisionados e não pagos	Nota 18e 113.227	31.516

Dividendos a pagar compensados com partes relacionadas ativo não circulante (234.620)
 Partes relacionadas ativo não circulante compensados com dividendos a pagar 234.620
 Adição de direito de uso de imóveis e veículos Nota 10a (98.380) (44.412)
 Adição de arrendamento de imóveis e veículos Nota 10b 98.380 44.412
 Compensação de imposto de renda e contribuição social com impostos a recuperar (18.234)
 Impostos a recuperar compensados com imposto de renda e contribuição social 18.234
 Reclassificação de fornecedores para cessão de crédito (postergação de prazo) (782.811) (601.105)
 Reclassificação de fornecedores para cessão de crédito (postergação de prazo) 782.811 601.105
Total 66.876 73.603

(a) No ano de 2021 foi realizada a reclassificação de 2020 dos valores de cessão de crédito por fornecedores conforme evidenciado na nota 1.3.

(iii) **Conciliação da depreciação e amortização para fins de elaboração da demonstração dos fluxos de caixa**

	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação de imobilizado	Nota 9a (180.465)	(221.917)
Amortização de direito de uso	Nota 10 a (42.297)	(36.645)
Amortização de intangível	Nota 11 g (15.857)	(12.551)
PIS e COFINS sobre depreciação direito de uso	3.783	2.888
Renegociação de contratos direito de uso (*)		7.667
Total	(234.836)	(260.558)

(*) Renegociação do pagamento de parcelas de contratos de direito de uso provenientes dos efeitos da Covid-19. Não houve modificações nas cláusulas contratuais.

26 Eventos subsequentes

A Unidas S.A. e sua controladora Companhia de Locação das Américas, em atendimento ao disposto na Resolução da CVM nº 44 de 23 de agosto de 2021, e a Lei nº 6.404, aprovaram em Reunião do Conselho de Administração a 1ª emissão de notas comerciais escriturais da Companhia, emitidas em série única, com garantia fiduciária na forma de aval em que serão emitidas 800 notas comerciais escriturais, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o montante total de R\$ 800.000, nos termos a serem previstos no "Termo da 1ª emissão de notas comerciais escriturais", em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia. Em 25 de fevereiro de 2022 o Governo anuncia a redução do imposto sobre produtos industrializados (IPI) em 10,5%, para carros novos, por intermédio do decreto nº 10.979. A redução da alíquota aplicada ao segmento automotivo foi estabelecida conforme as categorias de veículos. A Companhia está em processo de levantamento de dados e análises sobre possíveis impactos em sua frota na data da divulgação dessas demonstrações financeiras.

Declaração dos Diretores sobre as demonstrações financeiras

Pelo presente instrumento, o Presidente e o Diretor Financeiro da Unidas S.A., com sede na Avenida Raja Gabaglia, 1.781, 12º andar, Luxemburgo, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob nº 04.437.534/0001-30, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que: i. Analisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Unidas S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Belo Horizonte, 21 de março de 2022.

Luis Fernando Memória Porto - Presidente

Marco Túlio de Carvalho Oliveira - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Pelo presente instrumento, o Presidente e o Diretor Financeiro da Unidas S.A., com sede na Avenida Raja Gabaglia, 1.781, 12º andar, Luxemburgo, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob nº 04.437.534/0001-30, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que: i. Analisaram, discutiram e concordaram com o relatório expresso no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, sobre as demonstrações financeiras da Unidas S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Belo Horizonte, 21 de março de 2022.

Luis Fernando Memória Porto - Presidente

Marco Túlio de Carvalho Oliveira - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

DIRETORIA

Luis Fernando Memória Porto
Presidente

Marco Túlio de Carvalho Oliveira
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Juliana Chrispin Gavinieli
Gerente Contábil - CRC SP 291.159/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria e Conselho de Administração da Unidas S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Unidas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unidas S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com as normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Definição da vida útil e do valor da depreciação dos carros:** Conforme a nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia estima o valor da depreciação dos carros com base na diferença entre o custo de aquisição e o valor estimado de venda no final da vida útil do ativo, deduzido das despesas de venda, que são definidos com base nos valores históricos. Esse tema foi considerado um assunto principal em nossa auditoria, uma vez que o cálculo da depreciação dos carros é uma estimativa contábil que se utiliza de premissas que exigem julgamento e avaliação por parte da Diretoria, principalmente relacionadas à definição do valor depreciável e da vida útil estimada dos carros. Mudanças nas premissas utilizadas no cálculo do valor residual dos carros podem resultar em ajustes relevantes para esses ativos, assim como para a depreciação registrada no exercício. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento e a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes para a determinação do valor residual dos carros; (ii) a avaliação das principais premissas utilizadas no cálculo do valor residual dos carros, principalmente o preço estimado de venda no final da vida útil; (iii) a avaliação da vida útil dos carros determinada pela Diretoria; (iv) o desenvolvimento de uma expectativa independente do montante da depreciação dos carros durante o exercício e a respectiva comparação com os valores reconhecidos pela Companhia; e (v) a avaliação das divulgações realizadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras. Considerando os critérios e as premissas utilizadas pela Diretoria para a avaliação do valor residual dos carros e o respectivo cálculo da depreciação, o resultado de nossos procedimentos foi considerado aceitável no contexto da auditoria das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Reconhecimento da receita:** Conforme mencionado nas notas explicativas nº 19 às demonstrações financeiras, a Companhia reconhece as receitas operacionais à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo, sendo altamente dependente do ambiente de tecnologia da informação e requerendo uma estrutura robusta para suportar as transações de monitoramento da prestação dos serviços e de faturamento, desde a captura, processamento e registro das transações. Esse tema foi considerado como um principal assunto em nossa auditoria em virtude da complexidade, do alto nível de dependência do ambiente de tecnologia da informação e dos respectivos controles internos envolvidos no processo de reconhecimento de receita. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Para responder a esse tema, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) Entendimento do processo e avaliação do desenho, da implementação e da efetividade operacional dos controles internos relevantes

da Companhia relacionados ao processo de reconhecimento da receita. (ii) Envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para reconhecimento da receita bem como a avaliação qualitativa do impacto das deficiências nos controles internos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação no ciclo de reconhecimento da receita. (iii) Teste, em base amostral e através de procedimento substantivo analítico, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se as receitas foram contabilizadas no período de competência correto, em função da satisfação das obrigações de desempenho ao longo do tempo. (iv) Avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências nos controles internos relacionados ao reconhecimento da receita, que nos levou a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a captura, o processamento, o registro e as respectivas divulgações sobre o reconhecimento de receita da Companhia são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor:** O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas originalmente antes das reclassificações decorrentes da mudança de política contábil referente a classificação da transação de cessão de créditos por fornecedores na demonstração dos fluxos de caixa, descrita na nota explicativa nº 1.3, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 23 de fevereiro de 2021. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, examinamos também as reclassificações descritas na nota explicativa nº 1.3, que foram efetuadas para alterar os valores correspondentes relativos à demonstração dos fluxos de caixa de 31 de dezembro de 2020. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2020 tomadas em conjunto. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/3172-8931-737A-249A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3172-8931-737A-249A



Hash do Documento

A47D56B2874FCE1340EA4FDC06966C64A3BE4DDF3157A781A89ABA74F1260952

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/03/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 23/03/2022 21:52 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

